

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA: 37 GW — E ALÉM!

ABGD **rebate impactos** no SIN
e aponta caminhos para o futuro
energético do Brasil



IMPULSIONANDO a geração distribuída no Brasil.

Em 2015, um grupo de visionários uniu forças para criar a ABGD, visando impulsionar a geração distribuída no Brasil. Hoje, nove anos depois, a ABGD é a maior associação do setor, representando os interesses de diversos players e contribuindo para a transformação do mercado energético.



Nossa missão

Liderar e impulsionar a transformação no setor de energias renováveis, promovendo a Geração Distribuída por meio de fontes limpas.



Nossa visão

Ser reconhecidos como a entidade líder que promove e defende os interesses das empresas de Geração Distribuída, impulsionando a adoção de fontes renováveis em todo o território nacional.

Juntos, construiremos um futuro mais sustentável!



MARÇO 2025

07

Cortes de geração preocupam eólicas e solares

10

ABGD Rejeita Proposta de Rateio de Perdas por *Curtailment* e Defende Geração Distribuída

12

Visita ao Poder360: Carlos Evangelista

13

Geração Distribuída ultrapassa 37 GW no Brasil

15

Curtailment: a GD não é a vilã

17

Energyear Brasil 2025: geração distribuída deve crescer 20% e receber R\$ 25 bilhões em investimentos, diz Carlos Evangelista, presidente da ABGD

19

COP30 Belém do Pará

22

ABGD em Ação

23

Política e Energia: novas lideranças no Congresso e a Geração Distribuída em 2025

26

REIDI: Um marco para o desenvolvimento da infraestrutura em Pontes e Lacerda, MT

28

Zilda Costa: Destaque na Lista de Mulheres para Cargos de Liderança em Energia e no Setor de Energia

30

Cenários

Gestão ABGD

Direção Executiva



Carlos Evangelista
Presidente



Carlos Felipe
Vice-Presidente
AEVO SOLAR



Zilda Costa
Vice-Presidente
UCB-Unicoba



Sydney Ipiranga
Diretor Técnico
Solar Plus Brasil



Rogério Duarte
Diretor Financeiro
M.O.E

Diretores Fiscais

Carlos Beniano
SSM

Frederico Boschini
Noale

Conselho Deliberativo



AURELIO SOUZA
VP de Energia & Inovação



DANIEL M. FREITAS
CEO



PAULO DE MEIRA LINS
CEO



JACKSON CHIROLLO
CEO



JOÃO NEVES
Sócio e Conselheiro



RODRIGO H. N. LEITE
CEO



ANDREW F. STORFER
CEO



DANIEL SICA
Diretor Comercial



SURYA MENDONÇA
CEO



MATHEUS NOGUEIRA
Diretor



LUÍZ F. VIANNA
Diretor



SAULO ALVES
Diretor



FREDERICO ARAUJO
Sócio-Diretor



JOSÉ DA COSTA
Diretor



OTAVIO SEGATTO
Sócio-Diretor

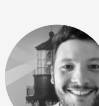
Conselho Consultivo



ANA CARLA PETTI
Diretora de Assuntos Regul. e Institucionais



BRUNO MENEZES
CEO



RAPHAEL ROQUE
Diretor Jurídico



RÔMULO FEIJÃO
Diretor



JOSÉ W. MARANGON
Sócio



EINAR TRIBUCI
Sócio



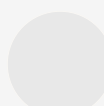
TARCÍSIO NEVES
CEO



FERNANDO SCHUFFNER
Sócio



CLAUDIO DE CATALDO
Senior Director



ÉRIKA YOSHIMA
Cargo



PIERRE-YVES MOURGUE
CEO E Dir. Deo. Negócios



RODRIGO MARCOLINO



LUCAS CORBELLINI
Chief of Staff



DANIEL FEROLLA
CFO



RAFAEL CAMPION
Diretor Comercial














RAFAEL BRASILIANSE
Cargo

Comitês Temáticos

 ANA CARLA PETTI COMERC Tributário & Regulatório	 FERNANDO SCHUFFNER D3 ENERGIAS Relação Institucional	 CLARISSA ZOMER AES BIPV
 SILLA MOTTA DONNA LAMPARINA Conselho Empresarial	 JOÃO B. SANCHES TRINITY Comercialização	 TBD Relações Institucionais Governamentais
 EDUARDO LOPES INOXPAR Indústria	 ZILDA COSTA UCB Storage	 AURÉLIO SOUZA NSI Relações Internacionais
 TBD Treinamento & Capacitação	 TBD Treinamento & Capacitação	 FLÁVIO WACHOLSKI TERA ENERGIA Conselhos CREA/CONFEA

Diretores Regionais

 PAULO MORAIS Rio Grande do Norte	 RAQUEL ROCHA Alagoas	 PATRYKSON SANTOS Maranhão
 CARLOS CUNHA Goiás	 DANIEL KUNZ Bahia	 SYDNEY IPIRANGA Ceará
 VINÍCIUS AYRÃO Rio de Janeiro	 JOSÉ JOÃO Espírito Santo	 RAPHAEL VALE Pará
 TIAGO CASSOL Rio Grande do Sul	 FERNANDO OLIVEIRA Tocantins	



Cortes de geração preocupam eólicas e solares

Fontes renováveis são ‘desligadas’ para evitar sobrecarga no sistema quando há excesso de oferta. Regras ficaram mais rígidas após o apagão de 2023. Empresas cobram ressarcimentos, que podem terminar onerando a conta de luz

O aumento das interrupções na geração de energia elétrica de fontes renováveis tem gerado uma disputa entre agentes do setor e pode acabar em impacto direto na conta de luz dos brasileiros.

A polêmica envolve a redução forçada de produção de eletricidade, especialmente nas fontes eólica e solar por contingências do sistema interligado nacional. Cálculos do Itaú BBA com base em números do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apontam que, em dezembro do ano passado, os cortes de geração em parques solares e eólicos chegaram a 17, 8% e 9, 8%, respectivamente, de toda a carga das duas fontes no país.

O pico foi registrado em setembro de 2024, quando as restrições chegaram a 15, 5% na fonte eólica e 20, 6% na solar fotovoltaica (considerando só os parques solares, sem incluir na conta o que é produzido pelas placas instaladas nos telhados de casas e empresas). A situação é complexa e tem até um nome pomposo em inglês: *curtailment* (redução). Basicamente, a cada segundo, o ONS aciona o parque gerador de energia em volume exatamente igual à demanda do país naquele momento. Por isso, há situações em que é preciso parar de gerar para não haver excesso de oferta.

Isso ocorre, por exemplo, quando há alta incidência de sol e vento, levando a geração total a superar a demanda, principalmente no Nordeste. Também pode acontecer por falta de disponibilidade de linhas de transmissão, sendo necessário interromper a geração para evitar sobrecarga. As regras da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estabelecem que empresas afetadas pelos cortes devem ser ressarcidas majoritariamente apenas neste segundo caso, e o Custo vai para os encargos embutidos nas contas de luz. O que se debate agora é a ampliação desse ressarcimento, demandada pelas geradoras.

E que as medidas de restrição energética se intensificaram após o apagão de agosto de 2023 -causado por uma falha em uma linha de transmissão do Ceará - para dar mais segurança ao sistema. No ano passado, com o aumento dos cortes, geradoras foram à Justiça pedir ressarcimento enquanto a Aneel discute o tema.

Linhas saturadas

O relatório do Itaú BBA mostra que a maioria dos cortes na fonte eólica foi no Ceará, com 15%, seguido pelo Rio Grande do Norte, com 14%. No caso da solar, Minas Gerais lidera com 21%, e a Bahia vem logo em seguida, com 20% da energia total que seria gerada.

Professor de engenharia elétrica da Universidade de Brasília (UnB), Ivan Camargo diz que o incidente de 2023 serviu como “alerta” para o ONS, que começou a limitar a capacidade de escoamento de energia do Nordeste. A região concentra a maior parte da geração eólica e solar.

- O Nordeste tem condições favoráveis para usinas solares e eólicas, mas, com esses problemas, a impressão é que a quantidade operável já está saturada. Esses cortes dão um prejuízo muito grande. Imaginando um investimento de 30 anos, mesmo sabendo que principalmente a energia solar entrou com subsídio absolutamente exagerado, as geradoras vão reclamar. E a solução mais fácil sempre é botar a conta para os consumidores -afirma.

Os critérios para ressarcimento de cortes ficaram mais duros, segundo os dois setores afetados, que pedem mudanças. Alegam que, em 2024, receberam menos de 1% do que seria ressarcido com as regras antigas. O consenso entre operadores eólicos e solares é que os cortes sucessivos afetam os investimentos em fontes renováveis e mantêm alto o custo da energia, já que os prejuízos tendem a ser divididos entre todas as contas de luz.

A diretora de Regulação da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Talita Porto, diz que há limitação do ressarcimento: - Estamos tendo um corte de geração em algumas usinas que chegam a 70%, 80%, o que é muito alto. E, quando você inicia a operação e tem um impacto desse logo no início do projeto, é fatal para o empreendimento.

As eólicas também sustentam que as regras precisam ser flexibilizadas, mas o diretor de Regulação da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Francisco Silva, critica o que chama de crescimento desordenado da geração distribuída, as placas solares nos telhados. Segundo ele, o excesso de incentivos a essas soluções provocou um desequilíbrio no setor, com excesso de oferta de energia e menor demanda nas distribuidoras: - O grande problema foi a forma como a geração distribuída acabou inserida no Brasil, com uma quantidade de subsídios que fazia esses projetos se pagarem em torno de um ano. Isso é um retorno muito alto para qualquer investimento de infraestrutura.

A Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) nega qualquer relação desse modelo com cortes. A entidade critica o que considera falta de planejamento e limitação estrutural das redes de transmissão. "O que está em jogo aqui não é a confiabilidade do sistema, mas uma disputa de mercado, na qual grandes geradores, ao invés de melhorar em sua eficiência e competitividade, buscam transferir seus erros e riscos para outros players do setor elétrico e, pior, jogar a conta para todos os consumidores", diz a entidade.

Governo prega equilíbrio

No meio de campo, o governo prega a busca de equilíbrio entre ressarcimentos e o custo da energia.

O Ministério de Minas e Energia informou que acompanha a situação dos cortes, "especialmente daqueles decorrentes do atraso do último governo em realizar obras de transmissão necessárias ao escoamento de energia".

Para especialistas, a solução não é simples, mas passa pela modernização da infraestrutura do sistema elétrico e aumento da demanda da população. Para o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Prado, é necessário mais "flexibilidade" no sistema elétrico brasileiro, tendo em vista o crescimento das fontes renováveis. Segundo ele, há tecnologias que dão maior controle sobre a quantidade e o horário em que a energia é injetada no sistema: - A gente pode até adotar baterias.

Tem as usinas hidrelétricas reversíveis, o que seria basicamente utilizar os reservatórios como uma forma de bateria. Você bombearia a água de um reservatório para outro em momentos em que há sobras de energia.

ABGD rejeita proposta de rateio de perdas por *Curtailment* e defende geração distribuída

Associação contesta a responsabilidade da GD pelos cortes e denuncia tentativa de repassar custos estruturais para os consumidores

A Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) manifestou-se veementemente contra a proposta de rateio de perdas por *curtailment* envolvendo a micro e minigeração distribuída (MMGD). Segundo a entidade, atribuir à GD a responsabilidade por cortes de geração é um equívoco que mascara problemas estruturais no sistema elétrico brasileiro.

Curtailment, termo utilizado no setor energético, refere-se à redução forçada da geração de energia para evitar sobrecarga no sistema. A ABGD afirma que os cortes de energia no Brasil decorrem, na realidade, da falta de planejamento e de limitações nas redes de transmissão, problemas que não têm qualquer conexão com a geração distribuída, já que esta não utiliza tais redes para entregar energia diretamente ao consumidor final.

Curtailment: quem realmente deve responder?

A entidade alerta que o verdadeiro problema está nas falhas do setor de geração centralizada, como as usinas eólicas, que historicamente receberam subsídios bilionários através do Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas

de Energia Elétrica). Com o crescimento da GD, essas usinas enfrentam hoje um modelo mais eficiente e competitivo. A tentativa de transferir os custos do *curtailment* para a GD seria, segundo a associação, uma estratégia para esconder erros de planejamento dessas grandes geradoras e, consequentemente, repassar os custos para os consumidores brasileiros.

A ABGD argumenta que a geração distribuída é o oposto de um fator gerador de *curtailment*. Pelo fato de estar diretamente atrelada ao consumo real dos clientes, a GD ajuda a aliviar a carga da transmissão, reduzir perdas técnicas e aumentar a segurança energética. "O crescimento da GD não é artificial e não se apoia em subsídios desproporcionais. É um movimento impulsionado pela demanda do mercado e pela liberdade de escolha do consumidor", reforça o comunicado da associação.

O impacto para os consumidores e o sistema

Caso a proposta de rateio de perdas seja implementada, os consumidores brasileiros poderão pagar ainda mais caro pela energia elétrica, em um cenário já marcado por

aumentos tarifários frequentes. O modelo de geração distribuída, que proporciona eficiência e economia descentralizada, ficaria ameaçado por custos indevidos, desestimulando a transição para fontes de energia mais sustentáveis e a liberdade de escolha dos consumidores.

Clareza regulatória e justiça tarifária são essenciais para que o Brasil consiga avançar na sua transição energética. O país, que registra crescimento acelerado na adesão de sistemas de geração distribuída, não pode, segundo a ABGD, retroceder por conta de uma disputa de mercado baseada em manobras que desvirtuam os princípios da eficiência energética e da competitividade.

Modelo de sucesso ameaçado

A ABGD destaca que a GD trouxe eficiência e benefícios para milhões de consumidores ao longo dos últimos anos. Muitos brasileiros passaram a contar com geração própria de energia como uma alternativa para driblar os altos preços das tarifas de energia elétrica, além de contribuir para a diversificação das fontes energéticas.

Tentar impor perdas injustificadas sobre o modelo não apenas desestimula sua adoção, mas também prejudica todo o sistema elétrico brasileiro, que ganha em confiabilidade e menor dependência de redes sobrecarregadas quando a geração é descentralizada.

Por fim, a associação assegura que manterá firme sua luta pela defesa da autonomia dos consumidores e pela transparência regulatória. "Seguiremos combatendo qualquer tentativa de transferir custos indevidos à sociedade", conclui o comunicado.

Com essa manifestação, a ABGD reafirma o papel estratégico da geração distribuída para um sistema elétrico mais eficiente, justo e sustentável. O ministro se posicionou contra temas alheios ao objeto do projeto, mas disse que a decisão final é do presidente Lula (PT). Eventuais vetos do presidente ainda podem ser derrubados pelo Congresso.

"Conversamos ontem, debatemos longamente. É claro que ele [Lula] tem até sexta-feira para tomar sua decisão final, mas a reflexão é unânime. Eu trago a ótica do setor elétrico e, naturalmente, da economia. Dentro do governo é uma questão consensual", disse.

Entre os assuntos não relacionados às eólicas offshore que foram incluídos no texto estão a contratação compulsória de térmicas a gás inflexíveis e a prorrogação de usinas a carvão no Rio Grande do Sul.

Em conversa com jornalistas, Silveira apontou que o projeto de lei aborda questões estruturais, sobre planejamento na geração de energia e também relacionadas aos custos extras aos consumidores de eletricidade. O ministro defende que essas questões precisam ser debatidas por órgãos do governo.

"Temas tais como geração no sistema e nova geração no sistema requerem planejamento. Então tem que ter um nível de necessidade do sistema para poder se avançar na implementação de custos. E a outra questão é exatamente o custo", disse.





Visita ao Poder360: Carlos Evangelista

Presidente-executivo da Associação Brasileira de Geração Distribuída se reuniu com Paulo Silva Pinto, editor sênior do jornal digital.

Carlos Evangelista, presidente-executivo da ABDG (Associação Brasileira de Geração Distribuída), visitou a sede do jornal digital Poder360, em Brasília, na 4ª feira (19.fev.2025). Falou sobre os desafios do setor, que representa 1.450 empresas –de micro a grandes. A geração distribuída é composta por empresas e pessoas que têm geração própria de energia e transmitem o excedente à rede elétrica, o que lhes dá o direito de consumir a energia da rede depois...

De acordo com a Associação, o cenário promissor reflete a busca crescente por fontes renováveis pela diversificação da matriz energética, alinhada às metas globais de transição energética. Nesse contexto, a energia solar desponta como protagonista, com a tendência de expansão contínua nos próximos anos, especialmente em instalações residenciais, comerciais, industriais e rurais.

Geração distribuída ultrapassa 37 GW no Brasil



O Brasil bateu os 37 GW de potência instalada em geração distribuída (GD), o equivalente a aproximadamente duas usinas de Itaipu e meia. Esse avanço reforça a importância da micro e minigeração distribuída (MMGD), que permite que consumidores se tornem também produtores de sua própria energia, utilizando fontes renováveis como solar fotovoltaica, eólica, biomassa, biogás e hidrogênio verde.

De acordo com a Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), estima-se um crescimento em 2025, de 20% de potência instalado de GD, o que representa mais de R\$ 25 bilhões em investimentos privados e a geração de mais de 100 mil novos empregos. "A GD reduz a dependência da rede elétrica convencional, proporcionando autonomia energética e impactos ambientais e socioeconômicos positivos. Além disso, a expansão da GD democratiza o acesso a soluções energéticas sustentáveis. Sem emissão de gases poluentes, contribui diretamente para a redução da pegada de carbono. No aspecto econômico, impulsiona a criação de empregos qualificados nas áreas de instalação e manutenção de sistemas, fomenta o desenvolvimento tecnológico no setor e viabiliza novos modelos de negócio", destaca Carlos Evangelista, presidente da ABGD. "A GD se consolida como um pilar fundamental da segurança energética do país e uma ferramenta estratégica para um futuro mais sustentável", completa Evangelista.

O impacto da GD no SIN

O crescimento da GD tem sido acompanhado por debates sobre sua integração ao sistema elétrico. Há questionamentos sobre o impacto na operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), especialmente em relação ao *curtailment* – cortes de geração devido a limitações na infraestrutura de transmissão. No entanto, a Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) esclarece que a GD opera de forma descentralizada e alinhada à demanda dos consumidores, não dependendo das redes de transmissão para entregar energia.

“A GD é a única forma de geração que nasce atrelada à demanda real do consumidor final, ajudando a mitigar problemas no sistema elétrico. O verdadeiro motivo dos cortes de geração no Brasil é a falta de planejamento e a limitação estrutural das redes de transmissão, problemas que não têm qualquer relação com a geração distribuída”, afirma Carlos Evangelista, presidente da ABGD. Ele ressalta que atribuir custos do *curtailment* à GD mascara desafios estratégicos enfrentados pela geração centralizada. “A GD não depende da rede de transmissão para transportar a energia que produz. Pelo contrário, uma das principais virtudes da GD é justamente gerar eletricidade próxima ao consumo, reduzindo a necessidade de investimentos em infraestrutura de transmissão e aliviando o sistema elétrico. A GD também melhora a eficiência da rede, diminuindo perdas e reforçando a qualidade do fornecimento”, diz Evangelista.

Números da GD no Brasil

A maior parte da potência instalada da GD está concentrada em residências (18,18 GW), seguida por estabelecimentos comerciais (10,63 GW), instalações rurais (5,09 GW), indústrias (2,67 GW) e instituições do poder público (0,41 GW). No ranking estadual, São Paulo lidera com 5,33 GW, seguido por Minas Gerais (4,63 GW), Paraná (3,30 GW), Rio Grande do Sul (3,29 GW) e Mato Grosso (2,39 GW).

Sobre a ABGD

A Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) é a maior entidade do setor de energias renováveis no Brasil, com mais de 1.000 empresas associadas. Desde 2015, trabalha pela expansão da geração própria de energia, representando seus membros junto a órgãos reguladores e promovendo sustentabilidade, eficiência energética e economia no consumo.

SP4 Comunicação Corporativa – Agência de Comunicação da ABGD

Lucas Caldini – (15) 98141-1413 – lucas.caldini@sp4com.com.br

Ana Carolina Acocella – (11) 97880-8608 – ana.acocella@sp4com.com.br



Curtailment: a GD não é a vilã

Infraestrutura e planejamento são os verdadeiros responsáveis pelos cortes de energia renovável. A GD, longe de ser um problema, é parte da solução.



por **Carlos Evangelista**

O *curtailment* tornou-se uma preocupação crônica para autoridades e agentes do setor elétrico, motivada pelas graves questões técnicas e impactos econômicos envolvidos. Para os detratores da geração distribuída (GD), essa crise representou uma oportunidade imperdível de associá-la aos cortes compulsórios de geração eólica e solar, atribuindo-lhe uma nova escala de vilania. Distintas razões levam o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a interromper a geração renovável de energia.

Na prática, *curtailment* é usado para designar os cortes impostos na geração de energia renovável, como eólica e solar, por falta de infraestrutura de transmissão para escoamento da energia, desequilíbrio entre oferta e demanda, falhas na rede ou fatores externos, como desastres naturais. Estima-se que essas restrições já tenham causado prejuízos de cerca de R\$ 1 bilhão a grandes parques renováveis, com risco de judicialização do tema.

O termo entrou definitivamente no léxico dos técnicos do setor elétrico e ganhou espaço na mídia especializada após o apagão de agosto de 2023, quando sobrecargas em linhas de transmissão privadas, aumento repentino da geração no Norte e no Nordeste e injeção de energia acima da capacidade da rede contribuíram para o problema.

Diante da gravidade da questão, setores interessados buscaram imputar à GD responsabilidade na recorrência dos cortes na geração. No entanto, essa acusação não se sustenta.

A realidade é que, apesar do crescimento da GD no País, sua capacidade conjunta de geração é, atualmente, de 37 GW, um número pequeno diante dos 209,7 GW do parque gerador nacional em fevereiro de 2025. Portanto, é a geração centralizada que responde majoritariamente pela energia produzida. O *curtailment* ocorre, principalmente, em parques solares e eólicos de grandes portes conectados diretamente ao Sistema Interligado Nacional (SIN), especialmente no Nordeste, onde há elevada concentração de usinas renováveis, mas baixa capacidade de escoamento.

Outra narrativa, a de que a GD desestabiliza a rede elétrica, também não procede. Diferentemente das grandes usinas fotovoltaicas, a GD não depende da rede de transmissão para transportar a energia que produz. Pelo contrário, uma das principais virtudes da GD é justamente gerar eletricidade próxima ao consumo, reduzindo a necessidade de investimentos em infraestrutura de transmissão e aliviando o sistema elétrico. A GD também melhora a eficiência da rede, diminuindo perdas e reforçando a qualidade do fornecimento.

Os verdadeiros desafios estão nas falhas de planejamento e na expansão deficiente da rede de transmissão, bem como na regulação do sistema elétrico. A rápida expansão das fontes renováveis no Brasil não foi acompanhada pelo necessário reforço da infraestrutura, criando gargalos críticos. A operação do sistema, ainda não ajustada para lidar com a variabilidade das fontes intermitentes, e a rigidez dos contratos de longo prazo agravam a situação.

Para mitigar o problema, é imprescindível modernizar e expandir a rede de transmissão, flexibilizar o sistema com tecnologias de armazenamento e otimizar o despacho de energia. Valorizar e incentivar a GD também faz parte da solução, pois ela reduz a necessidade de grandes obras e melhora a eficiência do setor. A GD não é a causa do *curtailment* — é uma aliada essencial para superá-lo.

Carlos Evangelista, presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), e Sydney Ipiranga, diretor Técnico da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) e CEO da Solar Plus Brasil.

Energyear Brasil 2025: geração distribuída deve crescer 20% e receber R\$ 25 bilhões em investimentos, diz Carlos Evangelista, presidente da ABGD

Nesta quinta-feira (6/2), aconteceu o segundo dia do Energyear Brasil 2025, principal congresso de networking em energias renováveis da América Latina e da Europa.

O painel “Expansão da Geração Distribuída no Brasil: Situação, Projeções e Desafios Regulatórios” contou com a participação de Carlos Evangelista, presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD); Simone Suarez, CEO da GDSUN; Iuri Mendonça, CEO da CEMIG SIM; Rodrigo Hsu Ngai Leite, CEO da APOLO Energia; Matheus Cerutti, Head of Sales DG Brazil da Jinko Solar; e Frederico Araújo, CEO da DEODE Energia, com moderação de Márcio Takata, CEO da Greener.

Em sua fala, o presidente da ABGD manifestou otimismo quanto ao cenário de crescimento do setor. “A geração distribuída segue em crescimento acelerado no Brasil, consolidando-se como um dos principais segmentos do setor elétrico. Já são 36 GW de potência instalada, o equivalente a duas Itaipus e meia. Temos 3.253.000 sistemas instalados, abrangendo diversas fontes: fotovoltaica, eólica, biomassa,

biogás e até hidrogênio verde. Tecnologias inovadoras já estão sendo incorporadas nessas instalações, inclusive por instituições financeiras. São 4.800.000 unidades consumidoras sendo compensadas, com R\$ 179 bilhões investidos até agora. Neste ano, prevemos um crescimento de cerca de 20%, isso equivale a mais R\$ 25 bilhões em investimentos e a geração de 100 mil novos empregos. Isso tudo sendo impulsionado por um mercado potencial de 93 milhões de consumidores, que podem produzir, consumir e injetar energia na rede”, destacou.

Apesar dos desafios regulatórios e estruturais, Carlos prevê que o setor continuará a crescer. “O amadurecimento do setor trouxe novas demandas, que vão além da estrutura de custos e das disposições técnicas, exigindo um ambiente regulatório mais claro e previsível. Ainda assim, a geração distribuída continuará crescendo”, explicou.

"Ainda há um caminho a percorrer, especialmente considerando tecnologias emergentes como armazenamento em baterias, digitalização, inteligência artificial e novas soluções energéticas. Tudo isso impacta o mercado", afirmou Carlos, ressaltando que a busca por soluções equilibradas entre governo, empresas e reguladores será essencial para garantir um crescimento sustentável do setor.

O evento reuniu mais de 800 profissionais da indústria de energia, com mais de 90 palestrantes especializados e mais de 15 painéis abordando tendências, desafios e inovações no mercado brasileiro.

Sobre a ABGD

A Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) é a maior entidade do setor de energias renováveis no Brasil, com mais de 1.000 empresas associadas. Desde 2015, trabalha pela expansão da geração própria de energia, representando seus membros junto a órgãos reguladores e promovendo sustentabilidade, eficiência energética e economia no consumo.



SP4 Comunicação Corporativa – Agência de Comunicação da ABGD

Lucas Caldini – (15) 98141-1413 – lucas.caldini@sp4com.com.br

Ana Carolina Acocella – (11) 97880-8608 – ana.acocella@sp4com.com.br



COP30 Belém do Pará

A Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), em alinhamento com sua missão de fomentar o avançada energia renovável no Brasil, lança sua Iniciativa para a COP30, que ocorrerá em Belém, em 2025. Reconhecendo a importância desse evento global para discutir mudanças climáticas, sustentabilidade e transição energética, a ABGD se posiciona como protagonista na construção de soluções práticas e inovadoras para o setor.

Com ações previstas de janeiro a novembro de 2025, a iniciativa busca engajar empresários, acadêmicos, órgãos públicos e a sociedade civil para fortalecer o papel da Geração Distribuída na transformação energética do Brasil e no combate às mudanças climáticas.

Dados da GD

Potência instalada
no Brasil


37GW

Quantidade de unidades consumidoras é de


3.263.188

Quantidade que recebem crédito é de


4.896.852


5.557
municípios no Brasil

Dados da GD Região Norte



Potência instalada

2.786.283,06

Quantidade que recebem crédito é de


307.839



Quantidade de unidades consumidoras é de

247.646

Presente em


441
municípios da
região Norte

Em especial em Belém
temos uma potência
instalada de


1.261.839,24GW

A fonte que predomina
é a solar fotovoltaica

Como Apoiar a iniciativa

A ABGD convida empresas, instituições de ensino, organizações governamentais e não governamentais para se tornarem parceiras estratégicas neste projeto.

Oportunidades de apoio incluem:

- Patrocínio das ações e eventos.
- Contribuição técnica para os cursos e conteúdos da cartilha.
- Participação como palestrante ou de bateador no Fórum.



Foi realizada uma reunião com a Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima, para discutir as iniciativas em andamento com foco na COP30. Durante o encontro, foram apresentados os avanços substanciais no setor de energias renováveis, destacando-se os projetos relacionados à Geração Distribuída, eficiência energética e à implementação de tecnologias limpas. Este diálogo reforçou a relevância do Brasil em sua busca pela transição para uma matriz energética mais sustentável, alinhada com os desafios globais impostos pelas mudanças climáticas.

O encontro proporcionou a oportunidade de expor as realizações alcançadas até o momento e destacar a importância de um investimento contínuo em energias renováveis. As discussões também abordaram a necessidade de implementar soluções tecnológicas que promovam a redução das emissões de gases poluentes, com o objetivo de garantir um futuro mais equilibrado e ambientalmente responsável.

Com vistas à COP30, está sendo elaborada uma série de ações estratégicas, as quais visam consolidar a posição do Brasil como um líder global no campo da energia limpa. A participação da delegação brasileira no evento será uma oportunidade ímpar para apresentar as soluções inovadoras que o país está desenvolvendo, demonstrando o compromisso com um setor energético mais eficiente e sustentável.

Este encontro é mais uma etapa importante na trajetória de transformação do setor energético, com um foco constante na integração de tecnologias sustentáveis. Acompanhe as próximas atualizações sobre as ações que estão sendo planejadas e implementadas para promover um futuro mais eficiente e sustentável para a sociedade como um todo.

A ABGD segue em movimento, atuando em agendas estratégicas junto a órgãos reguladores e entidades governamentais para fortalecer a Micro e Minigeração Distribuída (MMGD) e promover uma transição energética justa e sustentável. Confira os principais destaques das nossas recentes atividades:



Reunião com Sandoval Feitosa (ANEEL)

Na sede da ANEEL, estivemos com o Diretor Geral Sandoval Feitosa para discutir a valoração dos custos e benefícios da MMGD. O estudo realizado pela ABGD busca quantificar e compreender o impacto da MMGD no setor elétrico, reforçando a importância dessa modalidade para a matriz energética brasileira. A reunião foi um passo importante para alinhar perspectivas e avançar em políticas que incentivem o crescimento sustentável do setor.

Agenda com Fernando Mosna (ANEEL)

Com o Diretor Fernando Mosna, tratamos da 3ª fase da CP045/19, que aborda os critérios operacionais de curtailment. A ABGD reforçou seu compromisso com uma regulamentação justa e equilibrada, que garanta segurança jurídica e operacional para os agentes do setor. A discussão foi crucial para alinhar expectativas e buscar soluções que beneficiem todos os envolvidos.



Encontro com Ricardo Tili (ANEEL)

A agenda com o Diretor Ricardo Tili teve como foco a 2ª fase da CP039/23, que trata do armazenamento de energia. A ABGD destacou a urgência de uma regulamentação para o armazenamento na MMGD, uma solução tecnológica essencial para o desenvolvimento do setor elétrico. A medida traria benefícios como maior eficiência energética, segurança no abastecimento e novas oportunidades de negócios.

Visita à Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento (MME)

Na Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento, do Ministério de Minas e Energia, participamos de uma agenda estratégica para o desenvolvimento do setor elétrico. Foram discutidos temas relevantes como o PATEN (Plano de Ação para a Transição Energética) e o FONTE (Fomento à Transição Energética), iniciativas fundamentais para acelerar a adoção de energias renováveis e garantir um futuro sustentável.



Política e Energia: novas lideranças no Congresso e a Geração Distribuída em 2025



O Congresso Nacional se apresenta como um dos principais palcos para fomentar o avanço ou a estagnação do setor de micro e minigeração distribuída (MMGD) em 2025. Com as novas presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além da possível permanência de Alexandre Silveira no Ministério de Minas e Energia (MME), o relacionamento entre os poderes legislativo e executivo será determinante para o desenvolvimento do setor, especialmente considerando que teremos eleições gerais em 2026, o que trará uma redução no ritmo de trabalho do Parlamento. Assim, a atuação do Congresso neste ano será fundamental para a tramitação de proposições legislativas de interesse e para a construção de um ambiente favorável para a expansão da geração distribuída no Brasil.

A escolha do Senador Davi Alcolumbre (União-AP) para a presidência do Senado, e do Congresso Nacional concomitantemente, e do Deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) para a Câmara traz desafios e oportunidades para a MMGD. Alcolumbre tem um histórico de envolvimento no setor elétrico e pode atuar na defesa de medidas que impactam a geração distribuída, especialmente no que tange à regulação e à proteção do consumidor cativo.

Em paralelo, a permanência de Alexandre Silveira no comando do Ministério de Minas e Energia (MME), se confirmada pelo presidente Lula, garante continuidade à agenda ministerial; mas, ressalta uma relação desgastada com Alcolumbre que pode dificultar negociações no Senado. Além disso, mudanças no segundo

escalão do MME são esperadas, com a possível saída de secretários estratégicos para cargos em agências reguladoras, o que pode influenciar a condução das políticas energéticas.

Já Motta, com experiência no setor de combustíveis, pode trazer uma perspectiva nova, mas ainda precisa demonstrar comprometimento com pautas energéticas mais amplas. Essa configuração política pode ser um entrave ou um facilitador para a evolução do setor, dependendo da articulação entre os atores envolvidos: um desafio para a ABGD e seus associados.

Com uma matriz energética predominantemente renovável, o Brasil reforça sua posição de destaque global na produção de energia limpa, impulsionando o crescimento da geração distribuída (GD). E, é por isso que o Congresso Nacional, bem como as pastas ministeriais precisam ainda compreender é que além de contribuir para a diversificação da matriz elétrica, a GD fomenta a democratização do acesso à energia, estimula a competitividade no setor e incentiva a inovação tecnológica. Para consolidar essa trajetória, é essencial que políticas públicas e regulações adequadas incentivem o investimento e removam barreiras que limitam a concorrência leal e o avanço do setor no Brasil.

Caso as projeções da ANEEL se concretizem, com a crescente demanda por eletricidade, impulsionada pela ampliação da atividade industrial e pela transição para a mobilidade elétrica, 2025 deverá registrar um avanço significativo e novos recordes na capacidade instalada do setor elétrico. Entretanto, recentes anúncios da Agência sobre mudanças no modelo de compensação de energia e regras para a conexão de novos projetos trazem incertezas que precisam e devem ser debatidas no Congresso. A regulamentação do armazenamento de energia por baterias, a complexidade do curtailment, bem como a urgente necessidade de extensão do prazo para solicitação do parecer de acesso para MMGD são temas que demandam urgência e comprometimento dos parlamentares, bem como protagonismo da ABGD na representação e defesa direta das necessidades do setor.

E, com a COP 30 temos uma excelente oportunidade para reforçar a necessidade de avançar em iniciativas em parcerias público-privadas que impulsionem a transição energética e a adoção de tecnologias sustentáveis, a partir de um diálogo participativo, planejamento estratégico inclusivo e investimentos contínuos em geração, transmissão e modernização da infraestrutura elétrica do país. A GD com forte potencial para reduzir as emissões de carbono, precisa de incentivos legislativos e regulatórios para expandir sua participação na matriz elétrica nacional.

Diante desse cenário, a Associação deverá intensificar sua atuação junto ao Congresso Nacional, buscando apoio para propostas legislativas que mitiguem os desafios regulatórios e promovam a segurança jurídica para novos investimentos; como também, um papel propositivo da GD no setor. Por meio do Comitê de Relações Institucionais e Governamentais, a ABGD reforçará sua representatividade como a maior associação de Geração Distribuída do Brasil e o seu propósito em defender os interesses de seus associados nos espaços de poder e decisão do país, atuando de maneira estratégica para eliminar a desinformação e combater a concorrência assimétrica no setor.

Seja por meio de campanhas de advocacy, participação ativa em audiências públicas, elaboração de estudos técnicos, contribuição para consultas públicas, promoção de eventos e ampliação do relacionamento com os legisladores e tomadores de decisão, o Comitê já tem preparado o planejamento estratégico para 2025 – que, claro, é dinâmico e flexível, afinal na política tudo pode mudar -, a fim de incorporar os conceitos de sustentabilidade enquanto asseguram o retorno financeiro, a segurança jurídica, a eficiência energética e a garantia de um crescimento sustentável do setor, sem retrocesso.

Em um ano crucial para a transição energética global, o CT-RIG da ABGD concentrará sua energia em contribuir com os Poderes Legislativo e Executivo, a nível estadual e nacional, na busca por consolidar e ampliar os avanços da micro e minigeração distribuída no Brasil.

Câmara dos Deputados



Deputado Hugo Motta

Republicados (PB)

- 1º Vice-Presidente:** Altineu Côrtes (PL-RJ)
- 2º Vice-Presidente:** Elmar Nascimento (União-BA)
- 1º Secretário:** Carlos Veras (PT-PE)
- 2º Secretário:** Lula da Fonte (PP-PE)
- 3º Secretária:** Delegada Katarina (PSD-SE)
- 4º Secretário:** Sérgio Souza (MDB-PR)
- 1º Suplente:** Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP)
- 2º Suplente:** Paulo Foletto (PSB-ES)
- 3º Suplente:** Vitor Linhalis (PODE-ES)
- 4º Suplente:** Paulo Barbosa (PSDB-SP)

Senado Federal



Senador Davi Alcolumbre

União (AP)

- 1ª Vice-Presidência:** Eduardo Gomes (PL/TO)
- 2ª Vice-Presidência:** Humberto Costa (PT/PE)
- 1ª Secretaria:** Daniella Ribeiro (PSD/PB)
- 2ª Secretaria:** Confúcio Moura (MDB/RO)
- 3ª Secretaria:** Ana Paula Lobato (PDT/MA)
- 4ª Secretaria:** Laércio Oliveira (PP/SE)
- 1º Suplente:** Chico Rodrigues (PSB/RR)
- 2º Suplente:** Mecias de Jesus (Republicanos/RR)
- 3º Suplente:** Styvenson Valentim (PSDB/RN)
- 4º Suplente:** Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Noemi Araujo

Comitê de Relações Institucionais e Governamentais I CT-RIG ABGD.
institucional@abgd.com.br



Fonte: Captação de energia solar no parque ecológico de Indaiatuba, São Paulo, Brasil

REIDI: Um marco para o desenvolvimento da infraestrutura em Pontes e Lacerda, MT

O Ministério da Fazenda e a Receita Federal do Brasil deram um passo significativo para o desenvolvimento da infraestrutura no país ao conceder o benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) por meio do Ato Declaratório Executivo EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 88. Este benefício, que representa um avanço importante para o setor de infraestrutura, foi obtido de forma inédita pelo escritório Tribuci e Fonseca, destacando-se como um marco na atuação jurídica e consultiva na área tributária.

O projeto beneficiado está localizado em Pontes e Lacerda, Mato Grosso, e tem previsão de conclusão para março de 2025. Com a concessão do REIDI, o empreendimento poderá utilizar incentivos fiscais até 2028, incluindo a suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. Essa medida não apenas reduz os custos do projeto, mas também fortalece a viabilidade econômica da iniciativa, que se enquadra no segmento de minigeração distribuída.

O Papel do Escritório Tribuci e Fonseca

O escritório Tribuci e Fonseca desempenhou um papel fundamental na obtenção deste benefício, ao demonstrar expertise e inovação na área de direito tributário. A atuação do escritório foi essencial para garantir que o projeto atendesse a todos os requisitos legais e regulatórios necessários para a concessão do REIDI. Essa conquista inédita reforça a importância de uma assessoria jurídica especializada em projetos de infraestrutura, especialmente em um cenário de complexidade fiscal como o brasileiro.

Impactos do REIDI no Projeto

A suspensão das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS proporciona uma redução significativa nos custos operacionais do projeto, o que permite que mais recursos sejam direcionados para o desenvolvimento da infraestrutura. Além disso, o benefício fiscal contribui para a atração de investimentos privados, fomentando o crescimento econômico da região de Pontes e Lacerda e gerando empregos e renda para a população local.

Perspectivas para o Futuro

Com a previsão de conclusão do projeto para março de 2025 e a possibilidade de utilização dos incentivos fiscais até 2028, espera-se que o empreendimento sirva como um modelo para futuras iniciativas de infraestrutura no país. A concessão do REIDI para uma usina de minigeração distribuída abre precedentes para que outros projetos semelhantes possam se beneficiar desse regime, impulsionando o setor de energia renovável e contribuindo para a sustentabilidade ambiental.

Conclusão

A obtenção do benefício do REIDI para o projeto em Pontes e Lacerda, MT, representa um avanço significativo para o desenvolvimento da infraestrutura no Brasil. A atuação do escritório Tribuci e Fonseca foi determinante para essa conquista, ao destacar a importância de uma assessoria jurídica especializada em projetos de grande porte. Com os incentivos fiscais garantidos até 2028, o projeto não apenas se torna viável economicamente, mas também contribui para o desenvolvimento regional e a sustentabilidade do setor energético.

Este caso serve como um exemplo de como a colaboração entre o setor público e privado, aliada a uma assessoria jurídica competente, pode resultar em benefícios significativos para a economia e a sociedade como um todo.



Zilda Costa: destaque na lista de mulheres para cargos de liderança em Energia e no setor de energia

O setor de energia tem passado por profundas transformações, e uma das grandes protagonistas desse movimento é Zilda Costa, vice-presidente da ABGD. Sua trajetória é um exemplo de liderança, comprometimento e inovação, com uma contribuição significativa para o crescimento da Geração Distribuída (GD) no Brasil.

Uma jornada de Impacto

Com uma carreira consolidada no setor, Zilda Costa se destaca pela capacidade de articular e promover iniciativas que fomentam a inserção da energia renovável no país. Seu trabalho à frente da ABGD reflete um compromisso inabalável com a democratização do acesso à energia limpa e sustentável, impulsionando o mercado de GD e criando novas oportunidades para soluções tecnológicas.

Destaque na lista de mulheres para cargos de liderança em energia

A presença feminina no setor energético ainda é um desafio, mas líderes como Zilda Costa demonstram que a mudança está em curso. Segundo um estudo da FESA Executive Search, apenas 6% dos cargos de liderança no setor de energia são ocupados por mulheres. Para valorizar as profissionais capacitadas, a iniciativa "Sim, Elas Existem!" criou a Lista de Mulheres para Cargos de Liderança em Energia, destacando aquelas aptas a ocupar posições estratégicas no setor. Zilda Costa é um dos nomes de maior destaque, evidenciando sua competência e relevância na construção de um futuro energético mais diverso e inovador.

O futuro da geração distribuída

Sob a gestão de Zilda Costa, a ABGD tem um papel essencial na discussão de regulações, no incentivo às energias renováveis e na criação de um ambiente mais equitativo para investimentos em GD. Seu trabalho reforça a importância de políticas públicas que favoreçam a expansão do setor, garantindo previsibilidade e segurança jurídica para os players do mercado.

Uma liderança inspiradora

Zilda Costa é mais do que uma gestora eficiente. Ela representa a força da mulher no setor energético, incentivando a diversidade, a inovação e o crescimento sustentável. Seu trabalho na ABGD continua sendo um motor para a evolução do setor, assegurando que a energia limpa se torne uma realidade acessível e eficiente para todos os brasileiros.

Seu legado inspira mais mulheres a ocuparem espaços estratégicos e assumirem papéis de liderança, fortalecendo não apenas o setor energético, mas também a construção de um futuro mais sustentável e igualitário.



CENÁRIOS

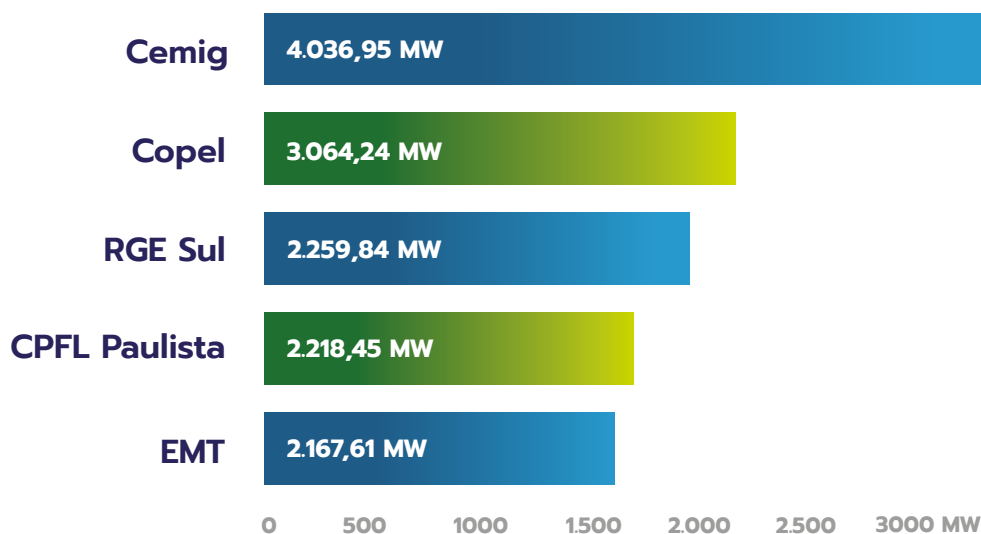
FEVEREIRO 2025



ePowerBay

TOP 5 POTÊNCIA ACUMULADA GD EM MW

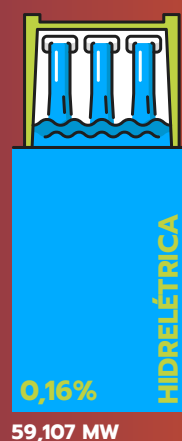
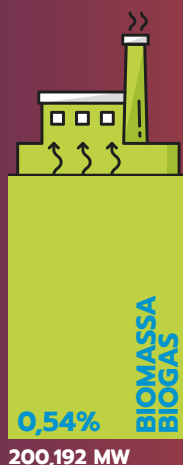
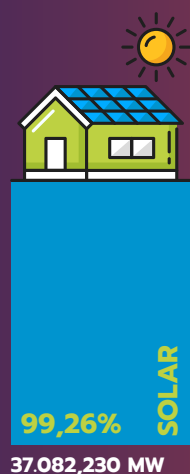
por potência instalada (MW)



CLIQUE AQUI
E CONFIRA
A LISTA DE
TODAS AS
DISTRIBUIDORAS

POTÊNCIA INSTALADA

MW por fonte e % por fonte





CENÁRIOS

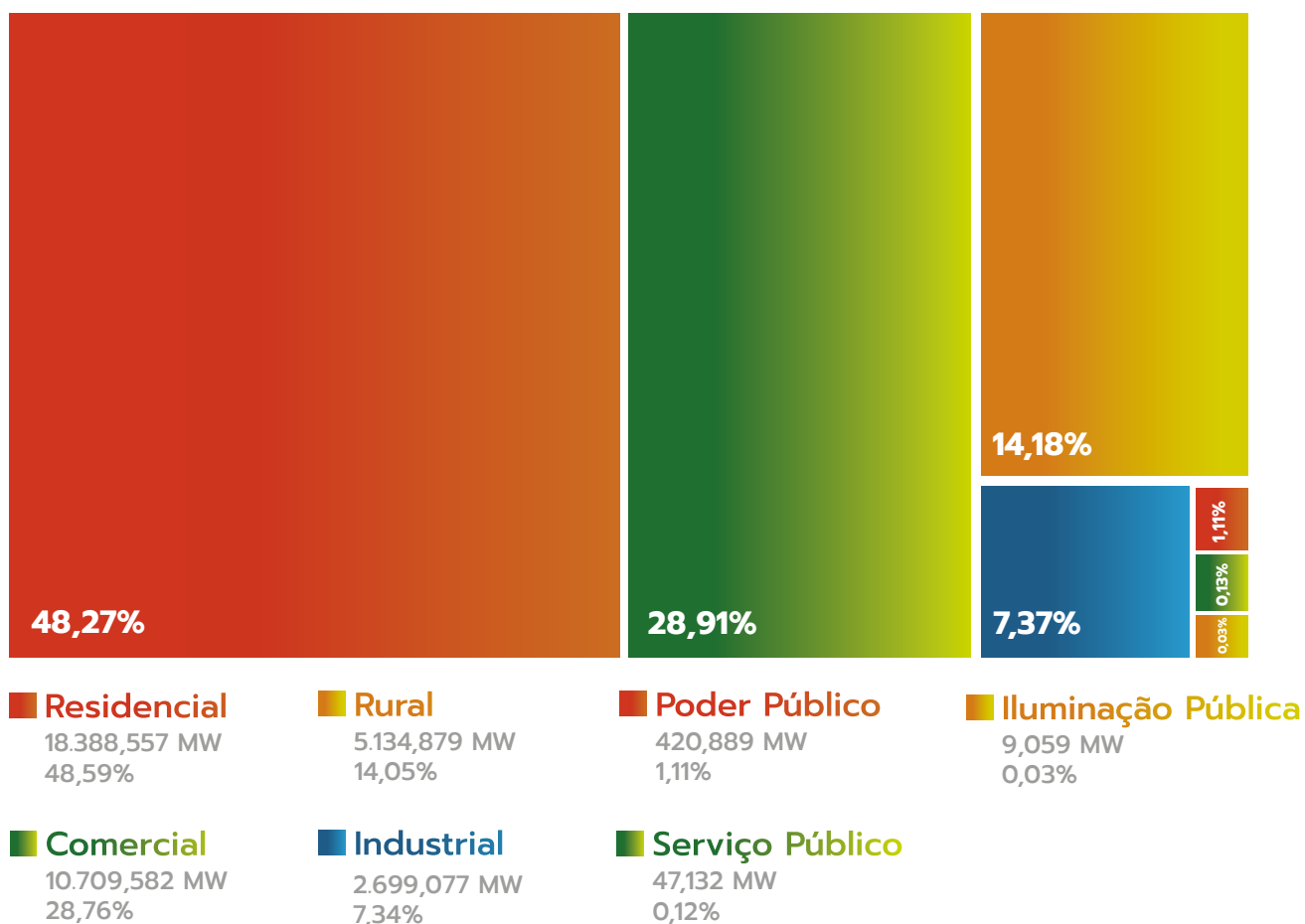
FEVEREIRO 2025



ePowerBay

POTÊNCIA INSTALADA POR CLASSE

MW por classe e % por classe





CENÁRIOS

FEVEREIRO 2025



ePowerBay

MAPA DA GD

Número de conexões e potência instalada em cada estado brasileiro



SUDESTE

ESTADO	QUANTIDADE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
SP	551.510	5.382,134
MG	345.076	4.656,891
RJ	145.474	1.401,513
ES	73.664	984,805

NORDESTE

ESTADO	QUANTIDADE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
BA	195.416	1.655,981
PE	113.706	1.156,980
CE	109.625	1.270,959
RN	88.737	817,637
MA	68.569	805,912
PI	71.381	700,383
AL	42.126	495,286
PB	37.854	467,983
SE	18.054	222,301

NORTE

ESTADO	QUANTIDADE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
PA	122.338	1.282,955
RO	43.578	503,073
TO	47.193	495,181
AM	13.493	239,172
AC	11.481	128,736
AP	9.067	107,005
RR	6.686	91,489

CENTRO-OESTE

ESTADO	QUANTIDADE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
MT	178.710	2.423,056
GO	147.240	1.938,835
MS	136.374	1.539,617
DF	26.692	482,372

SUL

ESTADO	QUANTIDADE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
RS	249.626	3.322,122
PR	348.382	3.311,170
SC	112.884	1.472,034



CENÁRIOS

FEVEREIRO 2025



POTÊNCIA INSTALADA POR MODALIDADE

MW por modalidade e % por modalidade



Geração na própria UC

27.602,403 MW
73,88%

Geração Compartilhada

1.523,855 MW
4,08%

Autoconsumo Remoto

8.210,125 MW
21,98%

Múltiplas UC

17,203 MW
0,05%

Modalidade não informada

5,589 MW
0,01%



Expediente

Presidente da ABGD

Carlos Evangelista

Produção, Arte e Diagramação

Go&Grow

Cadu Nunes

Gabriel Delarue

Manoel Carlos

Laene S. Victor

Gerente de Marketing

Jessica Soares

Assessoria de comunicação

Gilson Moreira

Ana Acocella

Gerenciamento e Aprovação

Jéssica Soares

Realização

go&grow!
COMUNICANDO PARA CRESCER



abgd.com.br



[abgd_oficial](https://www.instagram.com/abgd_oficial)



[abgdbrasil](https://www.facebook.com/abgdbrasil)



[abgdoficial](https://www.youtube.com/abgdoficial)



[abgd](https://www.linkedin.com/company/abgd)